

1973 – Abril.14

No Porto, um grupo de oficiais milicianos na *disponibilidade*, em resposta às conclusões do Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, e ao subsequente «seminário sobre teorias políticas» realizado em Lisboa pela concelhia da ANP marcelista, anuncia que nos primeiros dias de Junho vai ter lugar no Palácio de Cristal portuense, um Congresso dos Combatentes, cuja comissão directiva e executiva será integrada por militares do quadro e outros na disponibilidade, que cumpriram no Ultramar as suas missões de serviço.

- «Acontecimento deveras importante e a que, sem qualquer razão justificativa, se pretendeu e conseguiu tirar grande parte do brilho de que se deveria ter revestido: o I Congresso dos Combatentes do Ultramar. [...] Só no chefe do Estado ele pareceu ter encontrado a compreensão e o apoio que merecia: mas o chefe do Estado só teve, infelizmente, conhecimento tardio das oposições que estranhamente lhe foram movidas, uma das quais – talvez a de pior consequência – vinda das Forças Armadas da Guiné! E foi pena e teve consequências nefastas a falta de apoio, pois (ao que depois se revelou): ele não convinha a uns e era temido por outros; e até tido por subversivo!, embora no bom sentido... Ao chefe do Estado estava cada vez fazendo mais falta a série grande de amigos que o informavam, com a necessária e indispensável antecedência e com totais franqueza e isenção. [...] Numa altura em que era ainda mais nítida a ofensiva movida contra Portugal, não apenas pelos países comunistas (única que tinha lógica), mas por muitos outros que pareciam drogados ou agir como se estivessem e que os acompanhavam, sem raciocinar que assim continuavam fazendo o jogo dos inimigos; inimigos que o não eram apenas de Portugal mas não menos deles próprios, num procedimento suicida cujas consequências eram de prever e foram em parte previstas por muito tempo, e que agora [18Dez80] parece terem já entrado tardiamente nos bestuntes desses incríveis e tolos casmurros. É por isso muito difícil de entender, para não dizer impossível de compreender, a razão de não terem aproveitado os antigos combatentes – que eram muitos, firmes e valentes –, para reforçar a defesa contra a subversão que começava ganhando maior vulto na Metrópole. Mais um erro a juntar a não poucos outros cometidos, que contribuíram para enfraquecer o moral dos meios defensivos de que se dispunha, precisamente quando eles se estavam tornando muito mais necessários do que nunca. Não é de entender e disso mesmo se lamentava o chefe do Estado, pois numa altura em que ninguém era demais para preservar a integridade da Pátria, não fazia sentido desprezar meios de tão grande importância e da maior utilidade, e diminuir outros cuja necessidade estava sendo cada vez mais premente. Por isso se repetia frequentemente, que a actuação seguida [pelo regime marcelista] não correspondia às intenções que se afirmavam nas palavras amiúde proferidas. E se as palavras não estavam erradas, era evidentemente errada a actuação seguida, dada a manifesta falta de concordância e de harmonia entre umas e outra. Afirmava-se então estar o chefe do Estado demasiadamente apreensivo e erradamente pessimista. Mas afinal e infelizmente, a sua intuição, fruto de muitos e muitos anos de experiência, é que acabou por se mostrar como sendo a única realidade certa. Nas suas apreensões e pessimismos o chefe do Estado só era verdadeiramente alertado e acompanhado, na realidade, por duas pessoas: o jornalista Luís [Caldeira] Lupi¹ e o [deputado da ANP] almirante Henrique Tenreiro, que se lhe afiguravam parecer os informadores mais realistas, embora tidos por exagerados e pessimistas. Estaria a grande massa dos governantes convencida de que os meios de que dispunha e as razões alegadas, eram mais do que suficientes? Se estavam, enganaram-se redondamente, vistas as consequências desgraçadas que advieram dessa enganadora e fatal convicção. [...] Para a confusão que se estabeleceu e que o Governo não combatia com decisão, contribuíram as várias motivações e movimentações em curso, que encontravam um ambiente propício à sua expansão, sobretudo nos que escondiam as suas verdadeiras intenções. De quanto estaria em curso, o chefe do Estado sentia que o maior risco vinha do chamado “movimento dos capitães”, cuja evolução no sentido político se tinha acentuado, devido aos elementos mais politizados que o dominavam. Verificou-se, depois, professarem ideias extremistas e que, aproveitando o cansaço da guerra e o medo que se foi acentuando, procuraram criar um ambiente anti-guerra que, por ser ao mesmo tempo anti-Pátria, começou pondo em risco grave a vitória quando ela se aproximava a passos largos em Angola e, mais tarde se soube, que também em Moçambique por a Frelimo se estar rapidamente exaurindo.»²
- «Surgiria no Porto, com o I Congresso dos Combatentes, uma força nova composta por homens jovens e desligados dos aparelhos tradicionais que – mau grado todas as limitações, sabotagens, tentativas de aliciamento e repescagem partidas da Administração (bem servida desde início por elementos infiltrados [com destaque para o advogado bracarense (ex)alferes miliciano de infantaria José Almeida Vieira³ que se assumiu como “presidente da comissão executiva à escala nacional”], que de boa ou má-fé agiram como provocadores) –, representa no estilo de actuação e nos propósitos enunciados a defesa de um Portugal pluricontinental que eles próprios tinham, por suas mãos, ajudado a defender e construir. [...] O Congresso do Porto veio quebrar o silêncio dos combatentes quanto ao País. Era significativo que tal acontecesse 12 anos depois do início da guerra. Para além das causas que apontamos, e que sempre tinham obstado à sua afirmação colectiva, parecia que o clima de descrença, divisão, dúvida, que se entranhara em Portugal nos últimos tempos, viera acordar aqueles que não estavam dispostos a deixar inutilizar o seu esforço.»⁴
- «Se gerações de portugueses gastaram vidas a construir Portugal, não parece curial que alguns, poucos, da nossa se afadiguem a queimar pestanas na ingloriosa tarefa de encontrar a forma mais benigna de o desmantelar.»⁵
- «Colocado numa terra estranha, e sem [?!] a ideia de que estava a defender algo que era seu, o soldado dificilmente criava o tal ‘elan’ que as tropas precisam para combater com eficácia. A excepção só acontecia quando os chefes – sobretudo os alferes, tenentes, capitães e alguns oficiais superiores – tinham fibra, eram capazes de electrizar as suas tropas. De acrescentar que, a partir da 2ª ou 3ª comissões, os quadros permanentes, além de cansados estavam sobretudo frustrados, porque tinham maioritariamente [?!]

compreendido que a guerra não resolvia o problema ultramarino. [...] O Congresso dos Combatentes, sobretudo para aqueles que tinham consciência da verdadeira situação militar nas províncias ultramarinas – em especial na Guiné e Moçambique –, foi considerado muito inoportuno e inconveniente, contribuindo para aumentar o mal-estar já existente nas Forças Armadas.»⁶

- «O Congresso dos Combatentes, conotado [por alguns oficiais comunistas e jornalistas esquerdinos] com a área da denominada “direita nacionalista”, [...] serviu de pretexto para o início da contestação militar ao regime e o surgir do Movimento dos Capitães. [...] O pretexto para intervir seria um anunciado Congresso dos Combatentes, a realizar de 1 a 3 de Junho por iniciativa da direita nacionalista com o apoio dos generais Kaulza de Arriaga e Luz Cunha, comandantes-chefes de Moçambique e de Angola.»⁷
- «O Congresso constituiu um acontecimento grave, por ter sido motivo de divisão no seio das Forças Militares. Ao ser considerado de carácter nacionalista e patriótico, no sentido de tentar valorizar o esforço dos combatentes ao serviço do País de acordo com os compromissos militares assumidos, criou antagonismos ideológicos. A oposição foi iniciada por oficiais jovens, particularmente da Guiné, que vieram a constituir a grande massa dos intervenientes no “Movimento dos Capitães”. [...] As primeiras manifestações de saturação ou de desassossego e de insatisfação colectiva, apareceram nitidamente no ano de 1973 por parte de oficiais jovens e com postos já de responsabilidade directa de comando nas acções locais, principalmente capitães e majores. Esta situação ainda muito difusa e sem tradução prática em termos de indisciplina ou de tentativa de insubordinação colectiva, começou a ser notada na Guiné.»⁸
- «Resolvemos então, na Guiné, impedir a realização ou, pelo menos, a exploração do Congresso dos Combatentes, e que o melhor era que os oficiais do Quadro Permanente se manifestassem em bloco, ou em grande quantidade, contra a realização do Congresso.»⁹
- «Negociantes da demagogia, “jongleurs” baratos de artifícios, maus pagadores de promessas, quando prestarão contas das mentiras que proferiram? Principalmente, quando e como pagarão o preço da morte e da ruína dos portugueses? Hoje [Nov76], os cegos e os mutilados choram os companheiros mortos, choram a sua abnegação inútil. Há que salvaguardar a honra das Forças Armadas, de soldados e marinheiros que durante 14 anos jogaram comodidades e a vida, parapeitos da diplomacia que tinha de estabelecer as condições da paz. Há que salvaguardar a honra dos oficiais que cumpriram 3 e 4 comissões no Ultramar, que se bateram em Angola, na Guiné e em Moçambique, conscientes de que a eles competia dilatar o conflito, que teria de ser terminado por via política. Oficiais que não foram para a Escola de Guerra para ter a garantia de um emprego, para exibir esporas e talabarte, para ostentar medalhas de gabinete. Esses, tenentes em Angola em 1961, majores na Guiné em 1965, tenentes-coronéis em Moçambique em 1970, nunca se negaram a ir para a frente. Embora esgotados, acreditavam que diplomatas e políticos não os iriam trair, que a retaguarda seria digna da frente. Não foi assim. Há que investigar como um polícia e escrever como um historiador, o processo da “descolonização”. Averiguar dos responsáveis, dos cúmplices e dos encobridores.»¹⁰

Pouco depois daquela divulgação, surgem em Lisboa os primeiros apoios por parte de alguns membros do Governo e altos-comandos militares, bem como de entidades civis.

- «Criam-se comissões executivas de Lisboa e Porto, das quais fazem parte oficiais do Quadro Permanente e milicianos passados à disponibilidade. Entre estes contam-se alguns elementos com relações de amizade e de afinidade com grupos nacionais-revolucionários. O que leva os meios governamentais a lançarem grave suspeição sobre a reunião. Sai entretanto um esclarecimento de que o Congresso não é, de modo algum, uma manifestação de apoio ao Regime; o que faz aumentar, rapidamente, o número e o ritmo de inscrições.»¹¹
- «Consideramos o Congresso dos Combatentes do Ultramar uma lição de História, em que se juntam os humildes e bravos soldados aos oficiais, a multidão de portugueses de boa cepa que quer continuar Portugal, esse Portugal que não pode ser esbulhado do que é seu, que não pode ser traído nem vilipendiado, esse Portugal criador de “heresias”, esse Portugal que é pertença da Europa no Mundo, que é o próprio Mundo, esse Portugal que está defendendo a Europa (a propriamente dita) em África. Afirmação corajosa e desassomburada, numa época em que a contestação propõe a dissolução das pátrias, em que os comunistas, os socialistas e os anarquistas que pretendem comandar o Mundo, sujeitam os povos mais fracos a pressões e ao caos e à desordem. Por isso mesmo, este Congresso dos Combatentes do Ultramar é uma lição – que evidenciará a inerência da vontade dos verdadeiros portugueses com a unidade política e a integridade do território nacional europeu e ultramarino, esmagando pelo número, pela força, pela autenticidade e pela fé os que, com propósitos inconfessáveis de pseudo-intelectualismo, a ignorância ou simples pusilanimidade, advogam nervosamente a dissolução da Pátria –, no dizer exacto do general Kaulza de Arriaga, comandante-chefe das forças militares da província de Moçambique. [...] A Pátria dos heróis que fizeram a independência de Portugal e a robusteceram e difundiram séculos em fora. Por isso consideramos este Congresso como uma autêntica jornada de civismo e, fundamentalmente, uma afirmação de Patriotismo, independentemente da cor da pele ou da fé de cada um dos participantes. São todos grandes portugueses. Por isso os saúdo e respeito.»¹²

¹ (nascido em 1901; ex-director da Associated Press em Portugal; co-fundador do Grupo dos Amigos de Olivença, fundador da agência Lusitânia e do Grupo de Estudos do Ultramar);

² (Thomaz, op.cit pp.290,293/4,371);

³ (nascido em 1933 em Ponte de Lima; prestou serviço em 61-63 no RI20-Luanda; 25 anos após o 25A, virá afirmar que prestou serviço em 68-70 no norte de Angola, com o posto de capitão);

⁴ (Nogueira Pinto, op.cit pp.369,379/380);

⁵ (excerto de texto relacionado com «atitudes de alguns oficiais ligados à oposição marxista», publicado e assinado por Luís Arnaut Pombeiro: familiar do major de cavalaria Joaquim Rodrigo Nest Arnaut Pombeiro, ex-comissário nacional adjunto da MP para os assuntos do Ultramar e director da “Revista Ultramar”; actual oficial dos SEI no Dondo-Beira, nomeado vogal por Lisboa da comissão executiva do Congresso dos Combatentes);

⁶ (Costa Gomes, op.cit pp.174,179);

⁷ (Bernardo, “Marcelo...” pp.54,142);

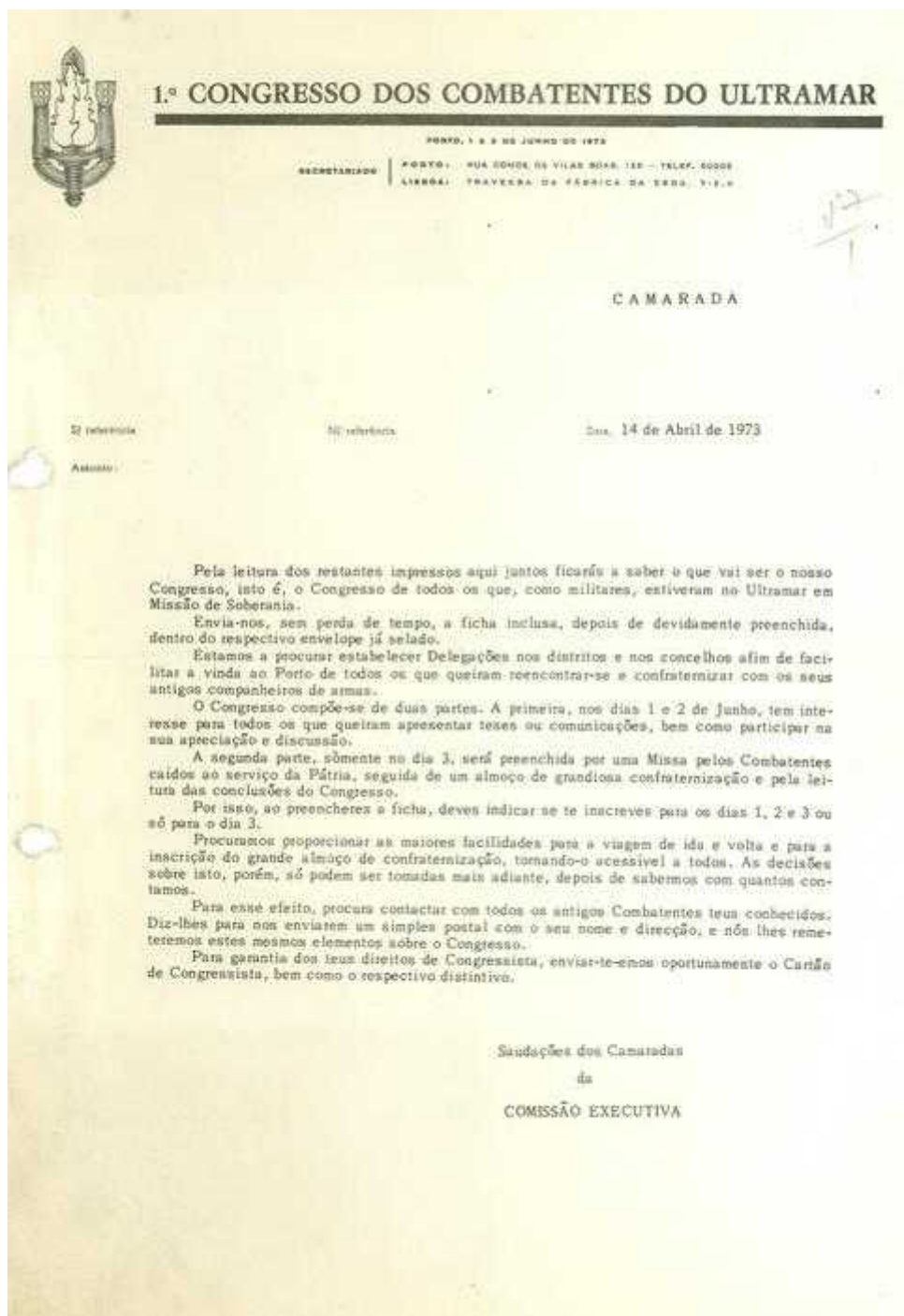
⁸ (Ferreira, op.cit pp.168,172);

⁹ (Carlos Fabião, em 18Fev93 a Paulo Guerra);

¹⁰ (Pompílio, op.cit pp.257/8);

¹¹ (Nogueira Pinto, op.cit pp.374);

¹² (Luís Caldeira Lupi, extractos da sua comunicação lida em 01Jun73 no palácio de Cristal, por ocasião da abertura do Congresso dos Combatentes);



[...]

1973 – Abril.27 (6ªfeira)

Em Bissau, um grupo de oficiais do QP, com o empenho pessoal do comandante do BCmds major Almeida Bruno, é recebido pelo comandante-chefe general Spínola e ao qual é manifestada a contestação ao anunciado *Congresso dos Combatentes*, exigindo que naquele venha a participar uma delegação de oficiais do QP das Forças Armadas.

- «*Há quem diga que o Movimento dos Capitães começou em Moçambique, mas isso não é verdade. Foi realmente na Guiné que se iniciou a contestação ao Congresso dos Combatentes, através dos oficiais mais ligados ao general Spínola. Rapidamente a contestação alastrou [?!] a Moçambique e Angola.*»²
- «*Logo que cheguei à Guiné pertenci, com mais três ou quatro oficiais, ao primeiro núcleo que contestou o Congresso dos Combatentes, e da Guiné não veio ninguém ao Congresso dos Combatentes em 1973. Conseguimos convencer toda aquela gente e o congresso era, de facto, uma organização fascista.*»³
- «*Os comunistas chineses são tratados de fascistas pelos comunistas russos. Os comunistas russos são tratados de fascistas pelos chineses. Os socialistas e sociais-democratas são tratados de fascistas pelos comunistas russos ou chineses. Mário Soares é tratado de fascista pelos órgãos do PCP. Álvaro Cunhal é fascista para os socialistas portugueses. E assim sucessivamente... Pela minha parte, não me sinto diminuído em ser chamado fascista pelo PCP.*»⁴
- «*A reacção contra o Congresso dos Combatentes surge em termos contestatários de resistência ao regime. As pessoas que se opuseram – e eu fui uma delas –, tomaram essa atitude por julgarem que o regime estava a instrumentalizar esse Congresso. Ou seja, os combatentes, no seu conjunto [?!], consideravam que o que estava em causa era a defesa da Pátria e não a defesa do regime. Aquela organização idealizada em Lisboa*

era um congresso feito para a defesa do regime [?!] e das suas teses. Por isso houve uma reacção muito enérgica dos combatentes [?!] de Angola [?!] e da Guiné.»⁵

Horas depois na Academia Militar em Lisboa, o professor tenente-coronel de infantaria Mário Firmino Miguel e o major de infantaria Carlos Alberto Idães Soares Fabião (recém-chegado de Bissau, onde concluiu a sua 5ª comissão ultramarina voluntária), elaboram um texto destinado à recolha de assinaturas, negando representatividade ao projectado congresso:

- «Os abaixo-assinados, militares dos Quadros Permanentes e combatentes do Ultramar com várias comissões de serviço em campanha: não reconhecendo aos organizadores do “1º Congresso dos Combatentes do Ultramar”, e portanto ao próprio “Congresso”, a necessária representatividade; não estando dispostos a permitir que a sua qualidade de combatentes possa vir a ser utilizada para fins estranhos aos dos verdadeiros interesses da Nação portuguesa; não desejando caucionar com o silêncio as posições e atitudes que, eventualmente, venham a ser tomadas em seu nome; e não participando nos trabalhos da referida reunião – declaram-se totalmente alheios às “conclusões” que vierem a ser tiradas, sejam elas quais forem.»
- «Spínola, que foi considerado o inspirador do texto e cujo conteúdo pretendia dessolidarizar os signatários e seus representados dos princípios e objectivos do Congresso do Porto, ao qual não era reconhecida autoridade para falar em nome dos combatentes. Esta nítida manobra divisionista, que contrastava profundamente com a atitude de Angola e de Moçambique [...] cujos comandantes-chefes gerais Luz Cunha e Kaulza de Arriaga tinham exprimido a sua adesão ao espírito da iniciativa, veio [...] integrar-se nas acções de sabotagem de que, por uma razão ou outra, o Congresso era alvo.»⁶

A citada acção conspiratória colectiva, constituindo a primeira manifestação castrense do lobby spinolista, é sintoma de óbvia instrumentalização das Forças Armadas por forças estranhas ao poder constituído.

- «Com vista à clarificação das razões a que obedeceu o abaixo-assinado de repúdio do Congresso que circulou entre os militares portugueses, o ‘Expresso’ contactou alguns dos signatários do documento, os quais confirmaram presidir àquela iniciativa a percepção de espírito e intenções políticas no encontro de ex-combatentes no Porto. Segundo as mesmas fontes, a esmagadora maioria dos elementos do quadro permanente das Forças Armadas não comunga com as ideias e ideologias da Comissão Executiva, considerada intransigente e extremista. (Do que será bom exemplo o dr. Zarco Moniz Ferreira, que há anos militou no “Jovem Portugal”, facção universitária da extrema-direita). Para os signatários do abaixo-assinado, os elementos que constituem [...] a Comissão Executiva de Lisboa, não são, sob nenhum ponto de vista, representativos dos combatentes. Para além da singularidade das suas posições políticas, revela-o a sua própria situação militar. Apenas três daqueles elementos são oficiais do Exército e por sinal todos eles diminuídos físicos (cap. Cassoriano [sic] Dias, que em combate perdeu a vista, cap. João Vilalobos, paraplégico, e major Fernando Pamplona, privado dos membros inferiores, nas mesmas circunstâncias), e portanto incapacitados de voltarem a bater-se no Ultramar. Quanto aos elementos civis da Comissão, assinalam estes adversários do Congresso que a maioria deles apenas terá feito a guerra “do ar condicionado” – não sendo de admitir que se apresentem como voluntários para nova comissão de serviço. Por outro lado, para os oficiais contactados pelo ‘Expresso’, não seria de atribuir qualquer significado ao número de congressistas que se viessem a reunir no palácio de Cristal porquanto muitíssimos soldados há que, alheios a motivos de qualquer outra ordem, aproveitariam no Congresso a oportunidade de matar saudades dos seus camaradas e superiores. Nem teria sido outro o sentido da escolha de uma cidade no Norte do País para o encontro, pois é nas províncias nortenhas que reside um maior número de tais elementos, muitos vivendo ainda na agricultura, completamente despolitizados e alheios a quaisquer ideologias que se manifestem no Congresso.»⁷
- «Sucedeu quando estávamos naquele curso [EPOSA]⁸ e onde foram recolhidas assinaturas, a pedido do Firmino Miguel e do Carlos Fabião. O processo da Guiné tinha uma finalidade política.»⁹
- «Entretanto [os majores de infantaria] Hugo [Manuel Rodrigues] dos Santos¹⁰, [António dos Santos] Ramalho Eanes [já mobilizado para o QG-Luanda] e [o capitão de infantaria] Vasco [Correia] Lourenço¹¹, a partir do Instituto de Altos Estudos Militares e da Academia Militar, lançaram nos quartéis metropolitanos um abaixo-assinado, que [até 06Mai73] recolheu cerca de 400 assinaturas. Mas foi da Guiné que [em 09Mai73] se procedeu à emissão de um telegrama, de teor idêntico àquele documento, dirigido [a alguns jornais “progressistas” de Lisboa e] ao Congresso [dos Combatentes] e contestando a sua representatividade e as previsíveis conclusões.»¹²
- «O [antigo comandante da CCac2549 na Guiné em 22Jul69-26Jun71, capitão de infantaria] Vasco Lourenço apareceu [pós:25Abr74] a dizer que teve uma acção muito importante em relação ao congresso, mas eu [desde Fev72 adjunto da chefia da RepACAP em Bissau] não dei por isso (não sei se alguém deu).»¹³

² (Costa Gomes, op.cit pp.198);

³ (Matos Gomes, in “Confissões...”, pp.101);

⁴ (Spínola à ORTF, Paris 29Ago75);

⁵ (Manuel Monge, em 1Jul92 a Bernardo);

⁶ (Nogueira Pinto, op.cit pp.375);

⁷ (in “Guerra do ar condicionado”, Expresso pp.20, texto vetado pelo “exame prévio”; Lisboa 01Jun73);

⁸ (Estágio Para Oficial Superior das Armas);

⁹ (Hugo dos Santos, em 26Jun92 a Bernardo);

¹⁰ (nascido em 17Jul33 em Oliveira do Hospital; em 52 ingressou na Escola do Exército, em 55 concluiu o curso de Infantaria e em 57 fez o curso de Transmissões; em 25Ago62 com o posto de capitão chegou a Cabo Verde, onde cumpriu a 1ª comissão ultramarina; em 21Mai64 regressou a Lisboa, no ano seguinte fez o curso de Criptólogo e em 68 o curso de “Programação de Computadores”; depois exerceu funções de instrutor na Academia Militar e na EPI-Mafra; em 69 com o posto de major, chegou a Luanda na 2ª comissão ultramarina; em 71 regressou a Lisboa e desde Nov72 é professor da 42ª cadeira da Academia Militar);

¹¹ (durante a sua única comissão ultramarina, que cumpriu em 22Jul69-26Jun71 no norte da Guiné, foi «punido disciplinarmente por faltas cometidas no comando da sua companhia» CCac2549; regressado à Metrópole, esteve colocado em diversas unidades de Infantaria; vd semanários “O Tempo” 01Jul76, “O Templário” 17Set76, “Expresso” 15Out76 e “O Diabo” 25Abr78);

¹² (Bernardo, “Marcelo...” pp.142);

¹³ (Manuel Monge, em 1Jul92 a Bernardo)

[...]



1.º CONGRESSO DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

Patrioticamente, com total independência e acima de quaisquer ideologias ou facções políticas, um grupo de Combatentes do Ultramar decidiu organizar o 1.º Congresso dos Combatentes do Ultramar, que se realizará no Porto de 1 a 3 de Junho de 1973, com

**um sentimento,
uma mística e
uma determinação.**

UM SENTIMENTO: Reencontro e confraternização de camaradas.

UMA MÍSTICA: O orgulho da honrosa missão cumprida e a consciência do seu valor na história nacional.

UMA DETERMINAÇÃO: Unidos na retaguarda contra tudo o que ameace a integridade de Portugal.

**ESTIVESTE NO ULTRAMAR
EM MISSÃO DE SOBERANIA?
SIMPLES SOLDADO OU OFICIAL, MISSÃO CUMPRIDA?
VEM.**

Mas se não podes dispor dos 3 dias no Porto, não fiques pelo menos no último (Domingo, dia 3), ao grande almoço de confraternização, precedido de missa por alma dos camaradas caídos ao serviço da Pátria e à leitura das conclusões do Congresso.

Envia um postal com o teu nome e direcção e receberás todas as explicações sobre o Congresso e sobre o interesse que há para ti em participares nele.

1.º CONGRESSO DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

SECRETARIADO | PORTO: RUA CONDE DE VILAS BOAS, 126—TELEFONE, 60005
OU
LISBOA: TRAVESSA DA FÁBRICA DA SEDA, 7-2.º

1973 – Abril.29 (domingo)

No Forte de São José da Amura em Bissau, o general Spínola recebe o comité de oficiais que se opõe à realização do *Congresso dos Combatentes* e concorda com o envio de um protesto às chefias militares de Lisboa; e para retirar representatividade ao citado congresso, sugere que ao MDN e do Exército general Sá Viana Rebelo seja paralelamente apresentada a hipótese de proibir a participação de oficiais do QP. Nesse sentido, o comandante-chefe da Guiné envia a Lisboa o seu adjunto tenente-coronel Alexandre Manuel Gonçalves Dias de Lima, a fim de ali orientar o assunto com oficiais do seu antigo *staff*, entre eles Artur Fernandes Baptista, Carlos Alberto Idães Soares Fabião e Mário Firmino Miguel, que entretanto na AM (Gomes Freire e Amadora) e no IAEM (Pedrouços), já deram início ao processo clandestino da recolha de assinaturas.

[...]

1973 – Maio.8 (3ªfeira)

No palácio da Cova da Moura, o MDN e do Exército general Sá Viana Rebelo recebe o antigo CCFAM e ex-CEME general na reforma António Augusto dos Santos, convidando-o a presidir à mesa do anunciado *Congresso dos Combatentes*, no momento em que circula, pela *oposição democrática* civil mas principalmente pela castrense, a ideia daquele evento vir a constituir «*uma tentativa de criar um movimento de extrema-direita nas Forças Armadas*».

- «Muitos dos [capitães do QP do Exército] oriundos de milicianos, estavam já em ruptura activa com o regime. Logo que tomámos conhecimento sobre a iniciativa de fazer um Congresso dos Combatentes, o nosso grupo entendeu ter uma actuação idêntica à das Associações de Combatentes ou Veteranos dos Estados Unidos da América. Pensou-se que se devia apoiar os combatentes civis, reforçá-los e puxá-los para o nosso lado. Ainda tentámos apoiá-los mas, quando começou a ter um cariz demasiado fascista [?!], desistimos de qualquer actuação em conjunto. Foi a própria instituição militar a fazer pressões para acabar com o Congresso.»²
- «O general António Augusto dos Santos, presidiu ao Congresso por necessidade – ao que se disse – de uma figura, que pudesse moderar os impetus inconvenientes (?) dos antigos combatentes!»³
- «Quando embarquei para Angola em 8Mai73, desenvolvia-se a contestação ao Congresso dos Combatentes, nome abusivamente dado a uma encenação pública de grande aparato que os ultras do regime se preparavam para lançar em apoio das teses integracionistas, isto é, do imobilismo em matéria de política ultramarina.»⁴

² (Virgílio Varela, em 29Abr92 a Bernardo);

³ (Thomaz, op.cit pp.290);

⁴ (Pezarat, op.cit pp.21-23)

Cerca de 4 centenas de militares dos quadros permanentes e combatentes do ultramar com várias comissões de serviço, certos que interpretam o sentir de outras centenas de camaradas, que por motivo de circunstâncias múltiplas ignoram verdadeiramente o Congresso, desejam informar V. Ex^{as} e esclarecer a Nação do seguinte:

1. Não aceitam outros valores, nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação.
2. Não reconhecem aos organizadores do "1º Congresso dos Combatentes do Ultramar", e portanto ao próprio Congresso, a necessária representatividade.
3. Não participando nos trabalhos do Congresso, não admitem que pela sua não participação sejam definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas á generalidade dos combatentes.
4. Por todas as razões formuladas se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do Congresso, independentemente do seu conteúdo ou da sua expressão.

Subscvem o presente telegrama, em representação simbólica das quatro centenas de militares referidos, dois militares que públicamente e por diversas vezes a Nação Portuguesa consagrou.

CAPITÃO TENENTE ALBERTO REBORDÃO DE BRITO (Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Medalha de Prata de Valor Militar com palma; Cruz de Guerra de 1ª. classe).

1º SARGENTO GRADUADO EM ALPERES MARCELINO DA MATA (Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Cruz de Guerra de 1ª. classe; Cruz de Guerra de 1ª. classe; Cruz de Guerra de 2ª. classe).

Solicita-se que ao presente telegrama seja dada publicidade igual á utilizada para as conclusões do Congresso.

[...]

1973 – Maio.9

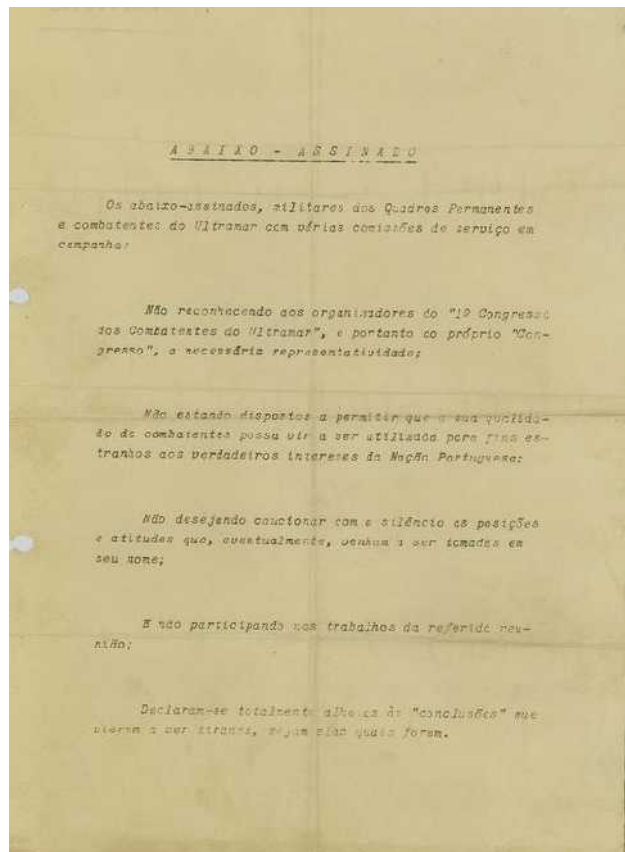
Em Bissau, o caboverdeano recém-promovido capitão-tenente fuzileiro especial Alberto Rebordão de Brito, e o guineense alferes graduado de engenharia comando Marcelino da Mata (ambos intervenientes na *Operação Mar Verde*), são aliciados por controladores do QG e assinam um papel em branco, sem ter conhecimento dos factos e do texto integral que o *staff spinolista* – «em nome de cerca de quatro centenas de oficiais efectivos do QP» –, remete a alguns jornais da Metrópole através do seguinte telegrama:

- «Cerca de 4 centenas de militares dos quadros permanentes e combatentes do ultramar com várias comissões de serviço, certos que interpretam o sentir de outras centenas de camaradas, que por motivos de circunstâncias múltiplas ignoram verdadeiramente o congresso, desejam informar V.Exas e esclarecer a Nação do seguinte: 1– Não aceitam outros valores, nem defendem outros interesses, que não sejam os da Nação; 2– Não reconhecem aos organizadores do 1º Congresso dos Combatentes do Ultramar, e portanto ao próprio Congresso, a necessária representatividade; 3– Não participando nos trabalhos do Congresso, não admitem que pela sua participação sejam definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas à generalidade dos combatentes; 4– Por todas as razões formuladas se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do Congresso, independentemente do seu conteúdo ou da sua expressão. Subscvem o presente telegrama, em representação simbólica das quatro centenas de militares referidos, dois militares que publicamente e por diversas vezes a Nação portuguesa consagrou. Capitão-tenente Alberto Rebordão de Brito (oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; medalha de prata de Valor Militar com Palma; Cruz de Guerra de 1ª Classe). Primeiro-sargento graduado em alferes Marcelino da Mata (cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Cruz de Guerra de 1ª Classe; Cruz de Guerra de 2ª Classe). Solicita-se que ao presente telegrama seja dada publicidade igual à utilizada para todas as conclusões do congresso.»
- «Apareceram a assinar uma moção contra ele, homens com posição ideológica bem à direita. Homens como o Marcelino da Mata e o Rebordão de Brito, que eram indivíduos de estrutura mais conservadora, vieram a tomar idêntica posição, mas foram utilizados pelo seu prestígio de combatentes condecorados em campanha (com a Torre e Espada), para fazer ver que os legítimos combatentes não estavam com aquele congresso.»²
- «O telegrama da Guiné, ostensivamente assinado por dois militares de inegável prestígio profissional, concebido em termos arrogantes e agressivos [...] pretendia visivelmente fazer crer no público que um importante sector das Forças Armadas se desligava do Congresso, o que foi convenientemente explorado pela imprensa esquerdista.»³
- «Efectivamente, circulou por todas as unidades militares do país uma declaração, a assinar por oficiais do quadro permanente, na qual se repudia a realização do Congresso, negando representatividade aos seus promotores e significado às conclusões que nele venham a ser tiradas. O documento recolheu numerosas assinaturas, entre elas as de quadros do próprio Estado-Maior, estando ainda a circular cópias suas em quartéis do ultramar.»⁴

² (Manuel Monge, em 1Jul92 a Manuel Bernardo);

³ (Nogueira Pinto, op.cit pp.376);

⁴ (1ºpg do Expresso, texto vetado pelo "exame prévio"; Lisboa 01Jun73);



[...]

1973 – Maio.12

Em Lisboa, o semanário Expresso publica na sua coluna «Amanhã Será Notícia», a seguinte perspectiva sobre o anunciado Congresso dos Combatentes:

– «O programa do Congresso, que se vai realizar no Porto dentro de dias [i.e, 3 semanas], consiste fundamentalmente na apreciação de várias teses, numa missa, num almoço de camaradagem e numa concentração. Os objectivos do Congresso parecem ser: reatar e manter os laços de camaradagem criados durante a guerra no Ultramar; celebrar os serviços prestados, seu valor e significado; combater tudo quanto ameaça a unidade e a grandeza de Portugal; lançar as bases de uma solidariedade permanente e eficaz entre os combatentes do Ultramar, e que constitua uma garantia dos ideais que serviram de armas na mão; examinar e procurar resolver os problemas relativos à integração social dos combatentes. Julgamos que isto dará uma ideia do tom em que decorrerá o Congresso.»

Decorridas menos de 24 horas, chegam a Bissau o tenente-coronel de cavalaria 'comando' José Pedro Simões Caçorino Dias e o (ex)alferes miliciano de artilharia Nuno Manuel Cardoso da Silva, ambos da comissão executiva lisboeta do Congresso dos Combatentes, «dois camaradas nossos de grande respeito e prestígio, para tentarem convencer-nos, mas não conseguiram nada»⁵: o miliciano, é posto completamente à margem das conversações; e o tenente-coronel Caçorino Dias – após conversar com o tenente-coronel Dias de Lima, o major Almeida Bruno e o capitão Manuel Monge –, regressa a Lisboa (e na semana seguinte retira-se daquela comissão).

⁵ (Manuel Monge, em 1Jul92 a Manuel Bernardo)



1.º
CONGRESSO
DOS
COMBATENTES
DO
ULTRAMAR

Camarada,

Há quanto tempo não vês nem falas com o maior amigo do teu pelotão ou do teu grupo de combate? Há quanto tempo não estás com muitos daqueles com quem vivestes as melhores horas da tua vida, na Guiné, em Angola ou em Moçambique, onde deste o melhor de ti, o teu esforço, a tua coragem, o teu testemunho?

Pois agora, um grupo de amigos e camaradas resolveu mobilizar-se novamente e promover um grande encontro de todos nós, Combatentes, onde nos poderemos juntar como antigamente e rever velhas amizades, agora dispersas pelos quatro cantos do País.

Contamos contigo nesta nossa primeira grande confraternização.

ATÉ BREVE, CAMARADA!

Todos ao PORTO no dia 3 de Junho

ESCREVE-NOS PARA | PORTO: RUA CONDE VILAS BOAS, 126 – TELEF. 60005
ou
LISBOA: TRAVESSA DA FÁBRICA DA SEDA, 7-2.º

[...]

1973 – Maio.21 (2ªfeira)

No palácio da Cova da Moura, o MDN e do Exército general Sá Viana Rebelo acede à pressão do comandante-chefe da Guiné general Spínola e, através de despacho transcrito nas ordens de serviço de todas as unidades, determina que todos os elementos do activo das Forças Armadas ficam proibidos de comparecer no Congresso dos Combatentes:

– «Tendo em atenção as disposições [dos art.6.º/7.º] do Estatuto do Oficial das Forças Armadas, os oficiais do Quadro Permanente no activo, e por analogia os militares de qualquer graduação na mesma situação, não poderão participar nesse congresso, embora muitos sejam valorosos e distintos combatentes.»

– «Dois golpes inesperados vieram deitar por terra, durante a semana hoje finda, muitas das ambições de projecção e influência que depunham na sua iniciativa os organizadores do 1º Congresso dos Combatentes [...]. O primeiro desses golpes terá sido vibrado pelo ministério da Defesa, ao interditar a todos os elementos do activo das Forças Armadas a participação no Congresso; o segundo, pela própria Comissão Executiva deste, que, na sequência de uma controvérsia criada dentro dos seus próprios quadros pela necessidade de escolha de um presidente para as sessões, se incidiu espectacularmente. A proibição de participação no Congresso aos militares no activo foi estabelecida pelos ministérios da Defesa Nacional e do Exército [general Viana Rebelo]. Concordante com a disposição detectada no Governo – pelo 'Expresso' de 19 de Maio – de se não imiscuir "numa manifestação a que observadores nacionais e internacionais atribuíam antecipadamente um carácter político ultra-direitista", tal decisão parece ter sido a sua causa próxima num

movimento expositivo para que certas declarações de membros da Comissão Executiva do Congresso impulsionaram numerosos oficiais de diversas armas. [...] O abaixo-assinado foi enviado para a Comissão Executiva do Congresso acompanhado de um pedido de leitura pública durante o mesmo, sem o que os signatários se reservem o direito de, posteriormente, lhe virem a dar a publicidade que entenderem. [Transcrição do já citado abaixo-assinado]. A ordem de serviço dos Ministérios da Defesa Nacional e do Exército [general Viana Rebelo], sucedendo-se de perto [?!] à entrada em circulação deste documento nas unidades, sugere realmente a existência de uma relação causal com ele. Estando o Congresso a ser objectivo de publicidade há várias semanas, torna-se difícil atribuir a qualquer outro motivo a proibição contida na ordem, tanto mais que a mesma se baseia em disposições regulamentares que nada têm de novo. [Transcrição do já citado despacho ministerial]. Importa reter por conseguinte, do despacho, a posição que nele se assume de iniludível reconhecimento do carácter político do Congresso, posição que desconsidera os múltiplos protestos de "liberalismo" e de isenção partidária formulados pela Comissão Executiva. Por outro lado, é de comparar esta iniciativa dos ministérios da Defesa e do Exército com a do prof. Veiga Simão (considerado o mais liberal dos membros do actual Governo), tomada 15 dias antes [de 21 Mai73], de autorizar a participação no Congresso, eximindo-os da comparência às aulas, a todos os professores que, tendo cumprido missão de soberania no Ultramar, pretendessem fazê-lo. [...] O incidente que levou à cisão dentro da Comissão Executiva do Congresso, foi originado pelas circunstâncias que rodearam a nomeação do general António Augusto dos Santos, (antigo comandante militar de Moçambique sob [?!] o comando-chefe de Kaulza de Arriaga), para presidir às sessões. O general Augusto dos Santos ter-se-á apresentado à secção lisboeta da Comissão Executiva, constituída por um grupo de ex-combatentes considerado a "alma do Congresso", como tendo sido para aquele efeito designado pelo ministério da Defesa Nacional, o que não encontrou acolhimento favorável. Os elementos da Comissão teriam declinado a indicação do gabinete de Sá Viana Rebelo (posterior, já, à ordem de serviço), a inscrever-se no Congresso caso mantivesse o interesse em participar nas suas sessões. Consequentemente a esta atitude todos os elementos da Comissão lisboeta foram demitidos por determinação do presidente da Comissão Executiva (à escala nacional), o [(ex)alferes miliciano de infantaria] advogado bracarense dr. Almeida Vieira. E deixaram assim de estar ligados ao Congresso dos Combatentes do Ultramar nomes que se haviam destacado nos trabalhos de propaganda e organização do mesmo, como os dos drs. Ricardo Alçada, Zarco Moniz Ferreira e Luís Arnaut Pombeiro, cap. José [Pedro Simões] Cassorino [sic] Dias e João Vilalobos e Nuno Cardoso da Silva, Miguel [de Lucena e Leme] Côte-Real e Luís Saraiva. Para completar a lista de nomes da antiga Comissão Executiva de Lisboa, apenas falta acrescentar o do major Fernando Pamplona, o qual já se afastara dos trabalhos preparatórios do Congresso consequentemente à ordem de serviço sobre a participação de militares.»¹

- «Após ter pertencido durante mais de dois meses à comissão executiva do "I Congresso dos Combatentes do Ultramar" decidi, assim como outros cinco membros da mesma comissão, abandonar os trabalhos do congresso. A minha presença na Televisão e as entrevistas que dei à Rádio e aos jornais levam-me, por respeito àqueles a quem me dirigi, a solicitar ao 'Expresso' a publicação desta carta de explicação para a decisão que agora tomei. A minha ligação ao congresso foi motivada pelo desejo de fomentar um diálogo livre e independente entre aqueles que durante dois anos – no caso dos milicianos – ou no decurso de comissões de serviço prestadas no Ultramar – no caso dos militares do quadro permanente –, se bateram ao serviço da Pátria. A guerra é sempre um mal, embora possa ser um mal menor, e os que a fazem ou fizeram têm o direito de exprimir as razões por que aceitam esse mal. A razão principal é sem dúvida o desejo de fazer um Portugal maior e mais justo para todos. O facto de os combatentes a reunir em congresso terem tomado a Unidade como ponto de partida foi aliás derivado do nosso sentimento de que só a Unidade e a Justiça podem justificar que se faça a guerra. Nada para além da Unidade e da Justiça poderia justificar que se matasse, nem que fosse o criminoso mais desprezível. Mas o congresso tinha que estar acima de politiquices e partidarismos, pois nunca se exigiu a nenhum combatente a filiação em movimentos cívicos ou políticos para o mandar defender a Pátria em África. Os que lutam e morrem só têm um "partido", que é o serviço da Pátria de todos os portugueses de hoje e amanhã. Uma vez que o congresso – ou alguns que trabalham para o organizar – começa a definir posições de apoio a determinados grupos ou de oposição a outros, ainda antes de o Congresso se iniciar; uma vez que se quis meter um milhão de combatentes de determinados quadros que poderão servir a alguns mas nada nos garante que possam servir a todos ou mesmo à maioria; uma vez que se pré-determinou o que o congresso ia ser ainda antes de se ler a primeira tese, então o congresso deixou de ser independente, deixou de ser representativo, deixou de se justificar. Pela parte que me toca o sacrifício dos que lutam é algo de sagrado, pelo que não posso admitir que o nome dos combatentes possa ser utilizado na prossecução de meros interesses particulares. Nada nem ninguém tem o direito de se servir dos combatentes para alguma coisa que não seja o serviço da Pátria, com os seus 25 milhões de portugueses, na sua diversidade de terras, gentes e culturas. O "Congresso dos Combatentes do Ultramar" passou a ser o "congresso de alguns que combateram no ultramar". Eu não poderia portanto continuar a emprestar o meu nome a uma organização que perdeu o seu sentido inicial. Daí a minha decisão de me afastar.»²
- «Spínola entretanto recebera friamente os elementos da comissão organizadora que se tinham deslocado à Guiné para expôr os objectivos e pedir cooperação, recusando-se a enviar a Lisboa uma representação local. [...] A Comissão Consultiva, integrada por elementos não-combatentes e onde a Administração conta alguma influência, começa a causar problemas e intrigas, procurando sabotar a iniciativa, caso não a possa "recuperar". Chega-se ao ponto da Comissão do Porto demitir a de Lisboa, que integrava os elementos mais activos e politicamente mais antigovernamentais [...] Finalmente, a série de intrigas de bastidor fomentadas por um elemento que se sabia trabalhar em estreita ligação com o Governo e que culminaram com a demissão da comissão de Lisboa, visava dar a impressão que a discórdia reinava entre os promotores da reunião e desacreditar esta aos olhos do País. [...] Estas [acções contra a realização do Congresso dos

Combatentes], como vimos, tinham mesmo repercussão interna, quando a Comissão Executiva de Lisboa era demitida por pressão da comissão consultiva do Porto (onde se encontravam elementos “marcelistas” ou, pelo menos, como fortes ligações à Administração vigente). Surgia assim orquestrada uma série de manobras que pretendiam retirar ao movimentos dos Antigos Combatentes a força e crédito, que lhes adviriam naturalmente da sua independência de facções e proclamação de uma política de verdade. [...] As características de hostilidade ao Governo, que se calculava viessem a marcar o Congresso (e não tanto por expressa determinação, mas por natural confrontação de princípios e linguagem) levaram as autoridades, depois de fracassada a acção de repescagem e de sabotagem, a fazer por ignorar a reunião do Porto. Esta mereceu discretas locais nos jornais officiosos, enquanto que a imprensa “bem-pensante” [nomeadamente o “Expresso” de 19Mai73] dava exclusivamente relevo à exclusão da Comissão Executiva de Lisboa e ao célebre telegrama enviado da Guiné em nome de “cerca de quatro centenas de militares dos quadros permanentes e combatentes do Ultramar”. [...] O ministro da Defesa e Exército, Sá Viana Rebelo, vem proibir os oficiais do Quadro Permanente de tomarem parte na reunião. [...] Impedir a participação de oficiais do QP, criando deste modo uma divisão entre combatentes quanto à sua origem: os oficiais do QP sentiam-se postos à margem da iniciativa, como se não lhes fosse reconhecida a qualidade de combatentes; era uma segregação injusta, que produzia frutos no divisionismo que fomentava. [...] Poucos dias antes [da realização], há mesmo quem diga que o Congresso já não se faz, dada a proibição dos oficiais do QP e as dissensões entre os promotores. Entretanto, com 11 mil inscrições, não era de voltar atrás. E mau grado estes problemas, as coisas vão por diante.»³

¹ (texto vetado pela comissão de “exame prévio” de Lisboa, destinado pelo “Expresso” à edição de 01Jun73);

² (Nuno Cardoso da Silva, carta publicada em 02Jun73 na pp.2 do “Expresso” sob a epígrafe jornalística «Só a Justiça justifica que se mate» e a seguinte explicação redactorial: «Uma versão das circunstâncias que rodearam a demissão dos elementos da Comissão Executiva de Lisboa, foi-nos apresentada na forma de uma carta de um desses elementos, Nuno Cardoso da Silva»);

³ (Nogueira Pinto, op.cit pp.374-376);

INSCRIÇÃO nº 1,º CONGRESSO DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

Nome: _____

Morada: _____

Concelho: _____ Distrito: _____

Compareça a sua missão na província de _____ no ano de _____

na Unidade: _____ Batalhão: _____ Companhia: _____

com o posto de _____

1) Deseja participar na grande confraternização do dia 3º? SIM NÃO

2) Ou também na apreciação das teses, nos dias 1 e 2º? SIM NÃO

(responder o que mais interessa)

Tem facilidade de transporte? _____

1) Veja o programa no Regulamento do Congresso.

Use o verso deste formulário para colar quaisquer outros elementos que queira fornecer.

Elementos complementares: _____

_____ de _____ de 1973

Assinatura: _____

Use o verso deste formulário para colar quaisquer outros elementos que queira fornecer.

[...]

1973 – Maio.30

No palácio de Belém, o PR Thomaz recebe em audiência uma delegação da comissão executiva do Congresso dos Combatentes.

- «Na passada quarta-feira [30Mai73], uma delegação do Congresso [dos Combatentes] foi recebida [no palácio de Belém em audiência] pelo almirante Américo Thomaz, que formulou votos para que os resultados da reunião [no palácio de Cristal no Porto durante o próximo fim-de-semana] sejam “frutuosos”. Da delegação faziam parte, entre outros, o [ex-CEME e presidente da mesa do Congresso] general António Augusto dos Santos, o presidente da Comissão Executiva [a “nível nacional”, (ex)alferes miliciano de infantaria e advogado bracarense] dr. [José de] Almeida Vieira, e Amadeu de Vasconcelos [que é, com o dr. José Caetano (sobrinho do PM), dirigente da Cooperativa de Estudantes “Cidadela” sediada na Rua Augusto Luso nº68-1º no Porto e] que também pertence à “Junta da Cidade do Porto” da Causa Monárquica.»⁶
- «Por que tudo mudou, sobretudo a partir do meio do ano de 1973? Por que se esbateu, imprevista e rapidamente, o entusiasmo e, com essa quebra, decaiu também o patriotismo nacional? Somente por alguns terem traído, por medo ou por terem sido corrompidos por uma mística estranha e anti-portuguesa? Ou também por muitos mais se terem deixado cair numa passividade, não menos estranha e nociva, dado que sem ela nada de tão anormal se teria certamente consumado? Cabe sobretudo aos vindouros a resposta e o seu veredicto; e aos que assistiram à derrocada geral, o fornecimento dos testemunhos que permitam julgar, com a certeza de não errarem!»⁷

⁶ (in “Direita radical em Congresso”, pp.2 do “Expresso”, Lisboa 02Jun73);

⁷ (Thomaz, op.cit pp.41)

[...]



FIDELIDADE • UNIDADE • SOLIDARIEDADE

1.º CONGRESSO DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

PORTO, DE 1 A 3 DE JUNHO DE 1973

1973 – Junho.1 (6ªfeira)

No palácio de Cristal no Porto, são abertos os trabalhos do *Congresso dos Combatentes*, «*iniciativa integracionista de milicianos desmobilizados*» – apoiada pelos generais Câmara Pina, Kaulza de Arriaga e Joaquim da Luz Cunha, com delegações de tropas estacionadas em Moçambique e em Angola –, conforme a seguinte opinião de sectores oposicionistas:

– «*Organizado por sectores civis e militares apoiantes da ditadura e patrocinado pela hierarquia das Forças Armadas, tendo sido excluídos todos os ex-combatentes e oficiais, do quadro ou milicianos, que contestem de alguma forma, quer a continuação da guerra colonial quer a legitimidade do regime ditatorial vigente. Foram discutidas tentativas de criar independências de minoria branca em Angola e Moçambique; negociações com o PAIGC e talvez com a Frelimo, mas perante a Teoria do Dominó de nada se abdica; não é considerada Angola por ser “a jóia da Corôa”; e globalmente são apresentadas teses integracionistas.*»

– «A proibição do ministro [MDN e do Exército general] Sá Viana Rebelo, da participação dos oficiais do QP nos trabalhos, que aliás foi ostensivamente desrespeitada por militares que compareceram a algumas sessões, uniformizados e com condecorações. [...] De certo modo o Congresso fôra salvo, não só pela acção dos elementos das comissões executivas de Lisboa e Porto (a contribuição dos primeiros fôra excepcional e o “golpe sujo” final não o lograra destruir), como pelo espírito da massa dos participantes. Dentre esta distinguira-se a representação de Angola composta por 350 homens enquadrados por antigos oficiais dos “Comandos” e que, chegados ao Porto, tinham tomado conta dos acontecimentos. Para além de um eficiente “serviço de ordem” e de uma demonstração de disciplina paramilitar, os congressistas de Angola tinham, nos bastidores, silenciado os poucos elementos (quase todos não-combatentes) que pretendiam transformar o Congresso numa manifestação de adesão ao presidente do Conselho e à sua política ultramarina. [...] Apesar de todos os esforços e manobras divisionistas, o Congresso realizou-se e constituiu um sucesso. Com 11 mil inscrições e 4200 participantes, mau grado a campanha de silêncio ou de exploração pela imprensa das manobras de sabotagem, ele constituiu a última grande afirmação colectiva da juventude [?!] portuguesa de, contra os desígnios da classe política situacionista ou oposicionista, manter o País na sua dimensão territorial e espiritual, aliada a um vivo sentimento integracionista. Longe das palavras cortesias, encomiásticas, “ordeiras”, enaltecendo os governos e governantes ou vituperando irresponsavelmente o País, no Porto falou-se uma linguagem sóbria, dura, directa, não poupando os oradores, em suas teses e demais intervenções, severas críticas ao modo de condução da política nacional, sobretudo no que respeitava ao Ultramar e à guerra. Assim, referindo-se à legitimidade da defesa militar da África portuguesa, diria um dos participantes, sintetizando com lucidez os problemas em debate: “Não nos ocorreria iniciar esta breve exposição, enunciando a questão da legitimidade da guerra do Ultramar, se tal problema, que durante largo tempo quase não foi afluído, não tivesse sido equacionado nos últimos anos, a todos os níveis responsáveis. O problema foi porém levantado. Bem ou mal não interessa. Há que enfrentá-lo. Para nós a guerra é legítima quando: 1º - é um meio de evitar um mal maior; 2º - É a única forma de resolver o problema; 3º - Se verifica a possibilidade de a ganhar. E será legítima a guerra que vimos mantendo nas três frentes do Ultramar? Ninguém de bom senso afirmará que a guerra é, em si, um bem. Mas também ninguém cuja memória se não tenha cansado ou obscurecido ao longo destes doze anos, poderá dizer que a guerra não tem deixado de garantir a independência, a vida, a liberdade e os interesses legítimos de todos quantos vivem no Ultramar. E ninguém poderá deixar de proclamar que a guerra evitou a revolução total, a anarquia generalizada, a subversão e destruição dos princípios sociais básicos dessas parcelas do Portugal africano. E acaso alguém poderá duvidar que a guerra tenha afastado a ameaça de um governo de uma minoria racista? E aqueles para quem a Pátria não é uma palavra vã não poderão deixar de atentar que a guerra preservou a unidade, a coesão moral e política da Nação. Podemos ainda perguntar se a guerra porventura não evitou males maiores?”. Seguiu-se uma exposição bem fundamentada da guerra como único meio de evitar o abandono (que é uma curiosa contestação implícita e antecipada das teses da solução “política”), e a indicação de uma série de reformas de carácter técnico-militar para aperfeiçoar e possibilitar um maior rendimento do pessoal e material em campanha, entre os quais se sugeria a “criação de subunidades permanentes, formadas nas suas estruturas básicas por aqueles combatentes que quisessem e merecessem continuar no Ultramar, e recompletadas apenas no necessário por tropas em comissão de serviço”, esquema com indubitáveis vantagens no plano psicológico e operacional que, apesar de várias vezes formulado [em reuniões do CSDN], sempre ficara em letra-morta. Um traço sobressai das disposições dos participantes, oradores e assistência. Os aplausos mais demorados, o clímax de entusiasmo foi sempre atingido quando foi defendida uma política de integridade e integração nacionais, criticando tacitamente as hesitações e contradições do Poder.»³

Simultaneamente no Bairro Alto lisboeta, a comissão de Exame Prévio veta na íntegra um extenso artigo que o semanário *Expresso* havia preparado para a edição de amanhã (na 1ª página⁴ continuado na pág.20), com elaborada contra-propaganda sobre os «antecedentes» do citado Congresso dos Combatentes, que em alternativa é substituído por breve nota na 2ª página onde – sob a epígrafe «A hora dos centuriões?» e após transcrever o «telegrama enviado de Bissau» pelo staff spinolista «dirigido à Mesa do Congresso» –, insiste na manobra divisionista escrevendo:

– «Foi notada a falta entre os congressistas de alguns dos elementos que compunham a comissão executiva de Lisboa., a qual tão notória influência teve nos trabalhos de organização e propaganda do congresso. Tal facto parece pelo menos ter sido parcialmente consequência do despacho dos ministérios da Defesa Nacional e do Exército.»

– «Em Lisboa, na 1ª semana de Abril [de 1974], tive ocasião de manter uma longa entrevista com os oficiais do que foi chamado “Movimento dos Capitães” do Exército português, embora desde o princípio tenham participado oficiais de outros cargos e graduações, e inclusivamente sargentos. Dirigi-me uma tarde a casa de um amigo e a conversa durou mais de 3 horas. [...] Os capitães fizeram o relato pormenorizado do seu Movimento. Os primeiros contactos entre oficiais para tratar da grave crise, realizaram-se em Junho de 1973 como reacção à celebração do Congresso da Associação de ex-Combatentes, organização paramilitar de extrema-direita.»⁵

³ (Nogueira Pinto, op.cit pp.375,376-378);

⁴ (com chamada para artigo de Edgar Morin a pp.8, e para os títulos «Autópsia política do 28 de Maio, entrevista com Oliveira Marques» a pp.13-15, e «Maio de 68 cinco anos depois, as vicissitudes da extrema-esquerda» assinado por Marques Leal a pp.16);

⁵ (Luis Carandel, correspondente da agência noticiosa “Informaciones”; Madrid 25Abr74)

[...]

1973 – Junho.2

Em Lisboa o semanário *Expresso*, em alternativa ao anterior texto vetado pelo Exame Prévio, publica na 1ª página e sob a epígrafe «A política separa os combatentes que se reúnem» – com ante-título «Direita radical em Congresso» e seguimento na 2ª página «1973 - Ano de Eleições» –, a seguinte notícia opinativa:

- «Foi ontem inaugurado o I Congresso dos Antigos Combatentes do Ultramar. Os trabalhos do Congresso – que terminará amanhã com um almoço de confraternização a que preside o general António Augusto dos Santos – abriram ontem com uma sessão plenária à qual se seguiram discussões sobre os três temas do programa: “Os combatentes, a Nação, a Pátria, o Estado”, “Os combatentes, missão de ontem, missão de hoje” e “Os combatentes e a integração social”. As discussões prosseguem durante o dia de hoje. João Cardoso, administrador da revista ‘Notícia’ de Luanda, e membro da delegação de Angola, tomou também a palavra para dizer que se não deslocara ao Porto apenas para confraternizar, “para desfiar recordações agrídoces”: “deslocámo-nos ao Porto – afirmou – sobretudo para reafirmarmos que nos encontramos a postos”, prontos a participar “na luta que travamos em todas as frentes”. O presidente da Comissão Executiva do Congresso, dr. Almeida Vieira, referindo-se aos emigrantes na França, Alemanha, Luxemburgo e Bélgica, aconselhou: “E para o Ultramar, já e depressa”. Nos trabalhos da terceira sessão participou activamente como ex-combatente, o dr. [António Morgado] Pinto Cardoso, subsecretário de Estado do Trabalho [e Previdência em 11Ago72-25Abr74]. Juntando-se às cerimónias cristã e islamita, um pastor protestante celebrará um ofício religioso amanhã de manhã, para o caso de entre os congressistas se encontrar algum evangelista, adventista do 7º dia, metodista ou anglicano, já que não é de esperar que ao Congresso assista alguma Testemunha de Jeová. Quanto ao almoço de encerramento, os familiares terão ingresso no Pavilhão do palácio de Cristal. Poderão assistir ao repasto, das galerias, mas não participarão do mesmo. As conclusões serão lidas durante o almoço de amanhã. Delas e dos discursos que, então, serão pronunciados, resultará uma imagem mais clara dos objectivos deste congresso, que no seu regulamento se propunha “lançar as bases de uma solidariedade permanente e eficaz dos combatentes do Ultramar”. Quanto ao resto parece não ter consistência. Assim, não é convincente a ideia de “reatar e manter laços de camaradagem”, já que são frequentes as reuniões de confraternização de unidades, amplamente divulgadas. Também não é de aceitar como objectivo a celebração de “serviços prestados” pelos militares, “exaltando a honra da missão”, pois que no “10 de Junho” se realizam cerimónias apresentadas com essa finalidade. Por outro lado, não será certamente o Congresso a “resolver os problemas relativos à integração social do combatente”, como os seus organizadores fizeram escrever no regulamento. Do Congresso do Porto, a extrema-direita espera da sua organização e da sua capacidade de invenção.»

[...]

1973 – Junho.3 (domingo)

No palácio de Cristal no Porto, os trabalhos do Congresso dos Combatentes são encerrados com as seguintes conclusões:

- «1- Todo o combatente deve continuar vigilante, activo e dinâmico na Metrópole e no Ultramar ou em qualquer parte do Mundo, combatendo todo e qualquer inimigo de Portugal pluricontinental e multirracial, uno e indivisível; 2- O que foge ao cumprimento do serviço militar não é digno de ser português; 3- Portugal só pode realizar-se integralmente num território pluricontinental; 4- A manutenção de valores como a Pátria, a Família, a Fé, o Trabalho, a Disciplina, a Ordem e a Justiça, garante-nos um Portugal ao nível da dimensão que desejamos; 5- Continuar a defender por todos os meios, e pelo tempo que fôr necessário, o Portugal multirracial e pluricontinental; 6- Combater a subversão onde quer que ela se encontre e qualquer que seja a forma pela qual se manifeste; 7- Esclarecer as pessoas no ambiente em que vivem (lar, amigos, locais de trabalhos, etc.) sobre as realidades do Ultramar Português e sobre a legitimidade da luta que se trava em todas as frentes; 8- Como primeira medida para garantir a continuidade dos propósitos deste Congresso, resolveu-se criar comissões que funcionem desde já nas cidades do Porto, Bissau, Luanda e Lourenço Marques; ficam encarregados da organização das respectivas comissões os seguintes combatentes (no Porto o capitão Vilalobos, em Bissau a nomear, em Luanda João Cardoso, em Lourenço Marques o dr. Luís Silva Rocha); atribuir-se à comissão de Angola a realização do II Congresso dos Combatentes que terá lugar em Angola em 1974; 9- A integração ou reintegração social dos grupos minoritários é fenómeno que preocupa todas as sociedades. Pela dura experiência vivida, pelas emanações constantes dos traumatismos sofridos ou deficiências que transportam, os ex-combatentes, ex-expedicionários e ex-militares, têm, como é lógico, necessidade que sejam cumpridas as fórmulas expressas nas leis esquecidas ou não regulamentadas, bem como completada a legislação existente. Em resumo, estimular todas as iniciativas oficiais e privadas que conduzam à integração ou reintegração socio-profissional do grupo referido, da forma mais feliz e rápida. Por no grupo de ex-combatentes em causa, parte estar incluída no sector dito deficiente (físico ou moral), há que neste campo, para além das disposições legais recentemente publicadas [em 09Mai73], tomar mais algumas medidas. Urge finalmente que seja dito, redito e proclamado em todos os lados, templos ou lugares de convívio, que quem se bater em defesa do seu País por causa justa, nobre e digna, está e estará sempre mais orgulhoso que traumatizado, mais feliz que resignado e conquistou o respeito e admiração de todos os restantes componentes da sociedade a que pertence, bem como a prioridade no direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, à vida portuguesa que ajudou com o seu sacrifício a ser mais livre e mais justa.»
- «Das conclusões do Congresso, em número de 9, as primeiras 8 diziam respeito a problemas que eram já interpretados emocionalmente de maneira controversa e em termos de ideologia política.»²

– «Se é justo render homenagem aos organizadores esforçados deste Congresso, por terem conseguido realizá-lo, vencendo todas as dificuldades, obstáculos e até incompreensões, temos nós de congratularmo-nos pela forma elevada, digna e patriótica como decorreu. Durante ele, revivemos e reforçamos os laços de saia e forte camaradagem de armas que nos uniu em terras do Ultramar, hoje como ontem, irmanados pela mesma fé inquebrantável nos destinos da nossa Terra. Esta fé e união, agora reforçada, deve e tem de prolongar-se para além do Congresso, como um dos seus melhores frutos, para nos mantermos vigilantes, fortes e unidos na defesa dos sagrados interesses de Portugal.»³

² (Ferreira, op.cit pp.169);

³ (excerto de texto publicado no semanário "Notícias de Portugal", editado pela DGI da SEIT; palácio Foz em Lisboa, sábado 09Jun73);

[...]

1973 – Junho.6

No Bairro Alto lisboeta, a comissão de exame prévio veta à imprensa a publicação integral do «telegrama sobre o Congresso dos Combatentes – 400 combatentes da Guiné contra o Congresso».

[...]

1973 – Junho.8

Durante a tarde no palácio de Belém, o PR Thomaz recebe em audiência o general António Augusto dos Santos³ que, na qualidade de presidente da mesa do Congresso dos Combatentes, lhe relata sucintamente a forma como o mesmo decorreu.

³ (virá a falecer em 1997, com 90 anos)

[...]

1973 – Junho.15

Ao princípio da tarde no palácio de Belém, o PR Thomaz recebe em audiência as comissões executiva e consultiva do Congresso dos Combatentes que lhe entregam as conclusões daquele evento; e o jornalista Luís Caldeira Lupi, integrado naquela comitiva, oferece ao chefe do Estado o texto que havia lido na sessão de abertura.

[...]

1974 – Março

Em Lisboa, a Sociedade Gráfica do Restelo imprime em 197 páginas um livro, da autoria de Amadeu C. Vasconcelos, intitulado «Nós Nunca Seremos a Geração da Traição», contendo a súmula do Congresso dos Combatentes.

